

**APARECIDA**  
**AS SURPRESAS, SUA PROPOSTA E NOVIDADES**

*Agenor Brighenti*

**RESUMO:** O objetivo deste estudo é adentrar o texto do *Documento de Aparecida*, em busca de uma compreensão global de seu significado para a Igreja na América Latina e o Caribe. Para isso, o autor agrupa a reflexão em torno a três pontos: num primeiro momento, para fazer emergir o espírito de *Aparecida*, se refere a algumas surpresas em torno à Quinta Conferência; num segundo momento, buscando fazer uma leitura global do texto, apresenta a 'proposta' de *Aparecida*; e, finalmente, respaldado nas surpresas e na proposta da Quinta Conferência, acena para as novidades de *Aparecida*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Documento de Aparecida, Igreja, América Latina e Caribe, Episcopado latino-americano e caribenho.

**ABSTRACT:** This article's goal is to access the Aparecida Document in order to gain a global understanding of its meaning to the Latin America and Caribbean Church. For this, the author brings together a reflection on three points: first, he introduces some surprises about the fifth General Conference of the Latin American and Caribbean Episcopate to get the spirit of *Aparecida*; second, he presents the "proposal" of *Aparecida* taking a global reading as standpoint to its text; and, finally, based on the surprises and the proposal of the Fifth Conference, he suggests some newness about *Aparecida*.

**KEY-WORDS:** Aparecida Document, Church, Latin America and the Caribbean, Latin American and Caribbean Episcopate.

Há quem diga que o principal avanço de *Aparecida* foi ter evitado um retrocesso. Se partirmos da perspectiva do processo oficial de preparação da Quinta Conferência, em grande medida levado a cabo em uma perspectiva pré-conciliar, é verdade. Quem diria que depois do Vaticano II, com todo o empenho e determinação de Paulo VI, um dia voltaria o Missal de Pio V e se reafirmaria a *Dominus Iesus*, um documento, que tudo parece indicar, não recebido pelo *sensus fidelium*. Na atual conjuntura eclesial, ter evitado um retrocesso, certamente não é pouco. Mas, a grata surpresa de *Aparecida* é que, além de ter reafirmado o Vaticano II e a tradição latino-americana, “virou a página para frente”. Não tantas e nem todas as páginas necessárias, mas certamente as suficientes para fazer a Igreja continuar caminhando em diálogo e interação com os tempos de hoje. Inclusive buscando responder aos “novos sinais dos tempos”, a Quinta Conferência traz até novidades.

O objetivo deste estudo é adentrar o texto do *Documento de Aparecida*, em busca de uma compreensão global de seu significado para a Igreja na América Latina e o Caribe. Para isso, vamos agrupar a reflexão em torno a três pontos: num primeiro momento, para fazer emergir o espírito de *Aparecida*, vamos nos referir a algumas surpresas em torno à Quinta Conferência, algumas agradáveis e outras desagradáveis; num segundo momento, buscando fazer uma leitura global do texto, apresentaremos a ‘proposta’ de *Aparecida*; e, finalmente, respaldados nas surpresas e na proposta da Quinta Conferência, acenaremos para as novidades de *Aparecida*.

## **1. As surpresas em torno à Quinta Conferência**

*Aparecida* trouxe gratas e desagradáveis surpresas. Surpresas inusitadas, pois, quem diria que os que chegaram animados à Assembléia sairiam desanimados e, os que chegaram desanimados sairiam animados? Mas também quem diria que os finalmente animados com *Aparecida* seriam duramente provados por atos que feririam a autonomia do magistério latino-americano e desautorizariam o próprio Concílio? Diante da metade dos católicos do mundo marcando uma direção profética, não teria sido este o objetivo maior das censuras ao Documento original, bem como da volta do Missal de Pio V e da reafirmação da *Dominus Iesus*, justamente no intermédio entre a publicação do Documento original e do Documento oficial? Seja como for, são atos lamentáveis, que vão na direção contrária do espírito e da recepção de *Aparecida*, provocando fissuras na unidade de uma Igreja no Continente, empenhada há quatro décadas em plasmar-se um rosto próprio.

### **1.1. A grata surpresa**

Apesar dos “filtros” pelos quais passou o *Documento de Aparecida*, durante e depois da Assembléia, a Igreja na América Latina e o Caribe foi presenteada com a grata surpresa de um bom texto, inimaginável durante o processo oficial de preparação da Quinta Conferência.

#### **A irrelevância do Documento de Participação para a Assembléia**

Comparada ao espírito da Assembléia e do Documento Final, a preparação oficial assumiu uma direção contrária e acabou irrelevante para os seus participantes. O *Documento de Participação* adotava uma postura, em grande medida pré-conciliar, eclipsando o Reino de Deus na eclesiologia, silenciando as vozes proféticas dos mártires latino-americanos das causas sociais, ignorando as CEBs, relegando ao lixo da história o método ver-julgar-agir, desconhecendo a rica contribuição da teologia latino-americana e professando um docetismo cristológico, que descontextualizava o evento histórico Jesus Cristo. O texto encontrou forte reação das Igrejas locais em geral, como atestam as contribuições da Igreja no Brasil. Na prática, o documento de preparação não foi recebido. O texto da *Síntese das Contribuições Recebidas* também não espelhava o resultado do processo de participação das Igrejas locais, recolhido pela Conferências Episcopais Nacionais e enviadas ao Celam. Na mesma perspectiva, estiveram os inúmeros textos publicados pela Secretaria Geral do Celam, na “Coleção Quinta Conferência”, em uma apresentação gráfica moderna, mas de conteúdo com ranço pré-moderno. Tudo fazia crer que esta seria a tônica da Assembléia e do Documento Final. Mas, para surpresa dos organizadores e dos próprios participantes, o resultado seria outro.

É verdade que, dados os “filtros” da Comissão de Redação, as conclusões finais ficaram muito aquém da Assembléia; mas, por outro lado, também é verdade que elas estão muito além das expectativas dos segmentos que se colocavam em uma posição retroativa ao Concílio Vaticano II, o que explica as censuras ao texto original por parte de determinados segmentos do Celam e da Cúria romana. Em outras palavras, o *Documento de Aparecida* é menor do que a Assembléia que o gerou, mas muito maior do que idealizavam os seus organizadores.

#### **A reafirmação do Vaticano II e a tradição latino-americana**

A primeira batalha travada, em Aparecida, em relação aos saudosistas de um passado sem retorno, consistiu em reafirmar a tradição latino-americana, que se reivindica de uma “recepção criativa” do Concílio Vaticano II. Não foi tarefa fácil, pois desde os documentos oficiais do processo de preparação, até a postura majoritária da Assembléia, havia um “curto circuito” em torno às realidades mais caras à “Igreja dos pobres”, tais como: a Igreja como sacramento do Reino, Comunidades Eclesiais de Base, mé-

todo ver-julgar-agir, o papel da mulher na Igreja, mártires das causas sociais, teologia da libertação, teologia índia, Igreja autóctone, inculturação da liturgia, modelo de ministério presbiteral, o papel dos leigos na Igreja etc.

Mas foi admirável a atitude de insistência e persistência, na Assembléia, do segmento alinhado à tradição latino-americana, pois cada elemento reafirmado desta tradição teve “idas e vindas”. Quando se pensava que uma conquista era definitiva, na redação seguinte, desaparecia do texto e se tinha que começar tudo outra vez. Sorte que o Discurso Inaugural de Bento XVI ajudou muito nesta batalha. Além do mais é de se perguntar como foi possível o Documento que temos, quando o segmento da Assembléia que fazia do Vaticano II um ponto de partida era imensamente minoritário. Coisas do Espírito, até porque, em Aparecida, se rezou muito e, por primeira vez, se rezou com o povo, simples e peregrino, que ocorre em multidão ao santuário da Mãe Negra.

Neste particular, não é demais fazer menção que o texto conclusivo:

- a) Reafirmou e radicalizou a opção preferencial pelos pobres: *“Hoje, queremos ratificar e potenciar a opção preferencial pelos pobres, feita nas Conferências anteriores. Para que seja preferencial, deve perpassar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais”* (DA 396);
- b) Reassumi as CEBs, com Medellín, como “célula inicial da estrutura eclesial”: *“Elas recolhem a experiência das primeiras comunidades, como estão descritas nos Atos dos Apóstolos (cf. At 2,42-47). Medellín reconheceu nelas uma célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização”* (DA 178);
- c) Retomou o método indutivo, de leitura da Palavra revelada e de compromisso pastoral em sintonia com os desafios da realidade, o método da Ação Católica ver-julgar-agir: *“... nos sentimos interpelados a discernir os ‘sinais dos tempos’, à luz do Espírito Santo, para nos colocarmos ao serviço do Reino...”* (DA 33);
- d) Reafirmou a necessidade de uma mudança, simultânea, da pessoa e das estruturas da sociedade, como condição para uma sociedade justa: *“... é tarefa essencial da evangelização, que inclui a opção preferencial pelos pobres, a promoção humana e a autêntica libertação cristã”* (DA 146). A promoção da vida plena em Cristo *“nos leva a assumir evangelicamente e a partir da perspectiva do Reino, as tarefas prioritárias que contribuem à dignificação do ser humano inteiro. [...] Urge criar estruturas que consolidem uma ordem social, econômica e política, na qual não haja falta de equidade, mas possibilidades para todos”* (DA 384);
- e) Assumi a herança dos mártires das causas sociais, denominando-os “nossos santos, ainda não canonizados”: *“Queremos recordar o teste-*

*munho corajoso de nossos santos e santas e de quem ainda sem terem sido canonizados, viveram com radicalidade o evangelho e entregaram sua vida por Cristo, pela Igreja e pelo povo” (DA 98).*

Em resumo, modos de ser de nossa Igreja latino-americana, antes desautorizados e alguns até satanizados, em Aparecida recuperaram cidadania eclesial: a *opção pelos pobres*, radicada na fé cristológica (Bento XVI, DI); a *CEBs*, horizonte do modelo normativo de Igreja dos Atos dos Apóstolos; a *libertação*, enquanto salvação da pessoa inteira e de todas as pessoas, o *método ver-julgar-agir*, que assume a história como lugar da revelação e da salvação; a *mudança estrutural*, enquanto forma de erradicação do pecado social; e *os mártires das causas sociais*, testemunhas de um novo modelo de santidade.

Salta à vista a falta de uma referência explícita à teologia latino-americana. Entretanto, ela não está ausente do Documento; ao contrário, a reafirmação das colunas da tradição latino-americana nada mais é do que o reconhecimento da contribuição de nossa reflexão teológica, que é a sua alma.

#### **Virando a página para frente**

A Conferência de Aparecida aconteceu em torno a um grande consenso: estamos imersos em um tempo de profundas transformações, de mudança de época; o mundo globalizado mudou; a Igreja, exposta ao mercado de uma experiência religiosa eclética e difusa, é outra; estamos em uma encruzilhada; já não podemos continuar sendo os mesmos, dando respostas a perguntas que já não existem, etc. Portanto, é preciso “virar a página”. Só que, ao fazê-lo, os saudosistas da neocristandade ou da Igreja barroca, viravam a página para trás – “Não vamos repetir as mesmas coisas”, diziam. Mas, deslegitimando os que assumem posições retroativas ao Concílio Vaticano II (DA 100b), *Aparecida* virou a página da história para frente, desafiando a Igreja no Continente a navegar “em águas mais profundas”, sem perder de vista as conquistas de seu peregrinar, alicerces para dar as novas respostas às novas perguntas.

Os empenhados na continuidade da renovação iniciada pelo Vaticano II e comprometidos com a tradição latino-americana viam que era preciso responder a novos desafios, tais como: a emergência da subjetividade individual; a irrupção do “outro” como gratuidade ou dimensão sabática da existência; a globalização mercantilista e a emergência de uma consciência planetária; os novos rostos de pobres como “sobrantes e descartáveis” – a pobreza como mundo da insignificância; a urbanização; a fragmentação do tecido social, gerando sentidos parciais, etc. Diante disso, via-se a urgência de uma nova proposta evangelizadora, que assumisse: a incompatibilidade entre uma realidade de exclusão e o Reino da Vida, a missão como promoção da Vida, chegar às pessoas, “recomeçar tudo em Cristo” (Bento XVI,

DI), um novo Pentecostes, uma conversão pastoral, uma renovação eclesial, uma Igreja em estado permanente de missão, etc.

### **A Conferência que não foi**

Grata surpresa, também, foi 'a Conferência que não foi'. Aparecida não foi a Conferência que fez das seitas e dos católicos afastados seu alvo, como os segmentos saudosistas de um passado sem retorno esperavam. São igualmente preocupações das Conclusões da Assembléia, mas não são o alvo primordial da missão. Aparecida não foi a Conferência que fez da Igreja católica a sua meta, buscando recuperar seu lugar hegemônico em uma sociedade teocrática. Nesta perspectiva, o lema da Quinta Conferência, em sua concepção original, estampava "discípulos e missionários de Jesus Cristo, na Igreja Católica". Em Aparecida, a Igreja se descentra de si mesma. Aparecida não foi a Conferência que fez dos integrantes dos movimentos eclesiais os sujeitos privilegiados da missão, em uma missão centrípeta (ir para fora, para trazer pessoas para dentro da Igreja; a evangelização como implantação da Igreja e não como irradiação do Evangelho).

Fiel ao seu lema – "discípulos e missionários de Jesus Cristo, para que n'Ele nossos povos tenham vida" –, Aparecida foi a Conferência que fez da vida ameaçada, das condições de milhões e milhões de abandonados e da natureza depredada o seu alvo. A meta da missão é o Reino de Vida – a vida em plenitude para todos, em uma atitude eclesial de diálogo e serviço ao mundo, em parceria com outros "organismos" e "instituições" (DA 384). O sujeito da missão é a comunidade eclesial como um todo, em uma missão centrífuga (irradiar a vida em Jesus Cristo).

### **1.2. A desagradável surpresa**

A desagradável surpresa veio por conta de determinados impasses que se deram no seio da Assembléia, em que se evitou o debate e, sobretudo, pelas censuras ao Documento original.

#### **a) A censura ao Magistério Latino-americano**

Não vale a pena ficar dando destaque ao contra-testemunho cristão dado pelos censores do Documento original de Aparecida. O Papa respeitou o magistério dos Bispos da América Latina e o Caribe, limitando-se simplesmente a autorizar a publicação do Documento por ele produzido. É desalentador um ato de autoritarismo como esse, sobretudo quando os mesmos censores pedem que as CEBs não traiam o Magistério da Igreja. Estão traindo ao mesmo tempo em que pedem que não se traia. Evidente que se esperava que se pudesse reverter o ato desautorizado pelo próprio Papa. Mas faltou empenho das Conferências Episcopais Nacionais. Nenhuma, das vinte e duas no Continente, fez ouvir sua voz. Sobrou, como de costume, a teólogos reagir. Entretanto, na conjuntura eclesial atual, eles

não passam de “uma voz que clama no deserto”. Em meio a este mal-estar, tal como quando na iminência da convocação da Assembléia havia saído a Notificação de Jon Sobrino, deu-se também a volta do Missal de Pio V e a reafirmação da *Domunus Iesus*. Dois atos que não combinavam com o teor das posturas e pronunciamentos do Papa em Aparecida. Como interpretá-los? Seriam apenas concessões a cismáticos, buscando a unidade da Igreja? Mas, tais atos, não desunem mais do que unem? Ou não interessa tanto animar os que estão empenhados em levar adiante as reformas feitas pelo Concílio Vaticano II?

Olhando pelo outro lado da tragicidade destes episódios, se pode, entretanto, tirar proveito deles. Na verdade, os censores acabaram ajudando aos que estão empenhados em caminhar na perspectiva do Vaticano II e da tradição latino-americana. Com seus medos e contrapontos, revelam quais são os “pontos sensíveis” ou os “terrenos minados” no caminho da renovação conciliar e da tradição latino-americana. Foram aproximadamente duzentas e cinquenta mudanças efetuadas no *Documento de Aparecida*, depois da Assembléia. Muitas são de forma. Das mudanças de conteúdo, há pelo menos umas quarenta maiores. Nestas, aparecem os referidos “pontos sensíveis”, dos quais vale a pena mencionar os mais significativos.

a) *A renovação do Vaticano II*. Para a Igreja na América Latina, sobretudo com *Medellín*, o Vaticano II é ponto de partida. Para os censores é um difícil ou até equivocado ponto de chegada. O Documento original fazia menção à volta de uma eclesiologia, espiritualidade e clericalismo anteriores ao Concílio. Os censores suprimiram o clericalismo.

b) *O método ver-julgar-agir*. O Documento original assume o método, conforme concebido por J. Cardijn, no seio da JOC e assumido pelo Magistério Pontifício, desde João XXIII na *Mater et Magistra*: “... três fases: estudo da situação; apreciação da mesma à luz dos princípios e diretrizes (emanados do Evangelho); exame e determinação do que se pode e se deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática, segundo o modo e no grau que a situação permite ou reclama. São os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: ver, julgar, agir” (MM 232). Os censores ponderaram: ver à luz da Providência, julgar segundo Jesus Cristo e agir a partir da Igreja (DA 19), uma maneira ridícula de enquadrar a Trindade em um método de conhecimento.

c) *A opção pelos pobres*. Aqui os censores trazem aquelas precauções de sempre, natural de quem não entendeu a opção pelos pobres de Jesus: opção, dizem, “entretanto, nem exclusiva e nem excludente”. A Notificação de Jon Sobrino diz que os pobres não podem ser lugar cristológico, porque a primeira pobreza dos pobres é não conhecer a Deus. Para o notificador, portanto, entre um rico e um pobre que não conhece a Deus não há diferença. Ora, não se opta pelo pobre porque

ele é mais santo, mas porque é um excluído. Vale o que gosta de frisar Jon Sobrino: com a opção pelos pobres, nenhum rico se considere excluído da Igreja, mas também que nenhum rico se considere incluído sem esta opção. Porque ela radica na fé cristológica, disse Bento XVI em Aparecida.

d) *As CEBs.* Há dificuldade em entender o que era a *domus ecclesiae* na Igreja primitiva e antiga. A igreja doméstica não era a família, como comumente se entende hoje. Jesus nunca falou da família humana como modelo de comunidade, até porque a família na Antiguidade, e em grande medida ainda hoje, não era exemplo de comunidade; ao contrário, era machista, autoritária, desconsiderava as crianças, etc. Os censores suprimiram o que o Documento original dizia das CEBs: “espaços privilegiados para a vivência comunitária da fé, mananciais de fraternidade e solidariedade, alternativa à sociedade atual, fundada no egoísmo e na competição”. E os censores acrescentaram: “membros de comunidades inteiras que, atraídos por instituições puramente leigas ou radicalizadas ideologicamente, foram perdendo o sentido eclesial”; as CEBs “terão o cuidado de não alterar o tesouro precioso da Tradição e do Magistério da Igreja”. Os censores tiveram ainda o cuidado de suprimir o que os bispos haviam frisado: “queremos reafirmar e dar novo impulso às CEBs no Continente”.

e) *A mulher na Igreja.* Bento XVI havia se referido ao machismo no seio da cultura e da família. Os bispos haviam reconhecido que a mulher é “discriminada na Igreja e com freqüência ausente nos organismos pastorais”; os censores suprimiram a constatação e acrescentaram que elas terão acesso aos ministérios, mas só “àqueles que a Igreja confia aos leigos”.

f) *O ministério ordenado.* Há uma dificuldade em assumir a base laical da Igreja, afirmada pelo Vaticano II, quando reconhece que não há duas categorias de cristãos – o clero e os leigos, mas uma única, os batizados. Durante a Assembléia, as redações que voltavam ao plenário insistiam em colocar os bispos fora e acima do Povo de Deus. Conseguiu-se, finalmente, situá-los no seio do Povo de Deus. Os presbíteros, no Documento original eram designados, com o Concílio Vaticano II, mais “irmãos” do que “padres”, “pais”, pois estão “ao serviço do sacerdócio comum dos fiéis”. Os censores suprimiram isso e acrescentaram que os “presbíteros são qualitativamente diferentes” dos leigos. E são, o que não quer dizer que estejam acima. Com relação ao diaconato permanente, os bispos falavam em “reimpulsar”; os censores suprimiram e acrescentaram que se faça saber em seu processo de formação que “não aspirem para além do ministério a que estão sendo ordenados”. Com relação à formação dos futuros presbíteros, o Documento original recomendava que, nos grandes seminários, os seminaristas se agrupassem em “pequenas comunidades”. Os censores suprimiram.

g) *A vida religiosa.* Há um encantamento com as novas comunidades de vida, muitas delas sem profetismo e assistencialistas, dóceis à autoridade. Com relação à vida religiosa de tradição, nos moldes do espírito plasmado em torno à CLAR, os censores acrescentaram que muitas comunidades inseridas “se secularizaram” e que os religiosos devem agir “em autêntica comunhão com os Pastores e sob sua orientação”.

h) *A inculturação.* Aparecida deu grande destaque a novos sujeitos sociais e eclesiais como os indígenas e os afro-americanos. Reconhecendo que estes povos reivindicam serem tomados em conta na catolicidade, o Documento original constatava que “falta uma evangelização mais inculturada em todos os níveis, particularmente nas culturas indígenas e afro-americanas”. Os censores suprimiram.

i) *A família.* Aparecida recomendou a acolhida à família em dificuldades e em crise, inclusive aos casais em segunda união. Os censores frisaram que estes não podem ter acesso à Eucaristia. Há uma dificuldade em reconhecer a existência de diferentes modelos de família, sem legitimá-los, evidente, mas o que não dispensa uma Igreja samaritana frente a esta dolorosa situação. Os censores preferem alertar para uma determinada “ideologia de gênero”, que destrói a família, ou para o feminismo, confundido com movimento em prol da legalização do aborto.

## **b) Impasses**

Já referimos que o Documento de Aparecida ficou aquém da Assembléia, que queria avançar mais. É que houve impasses. Enveredar por certos temas era infringir o sinal vermelho.

Com relação à realidade, basicamente, houve duas dificuldades: a) a dificuldade em reconhecer a incompatibilidade dos princípios do sistema liberal-capitalista com os princípios humano-cristãos (permanece a idéia, ainda presente na Doutrina Social da Igreja, que o sistema é sanável, reformável ou recuperável, quando é urgente deslegitimá-lo; enquanto individualiza e põe todos em competição, impede a experiência comunitária e, conseqüentemente, a longo prazo, inviabilizará o cristianismo); b) a dificuldade de fazer uma autocrítica da trajetória da Igreja na evangelização do Continente (a Igreja não erra; os que às vezes pecam são “filhos da Igreja”, mas de cuja correção a própria Igreja se encarrega).

Com relação à instituição eclesial, as dificuldades foram basicamente três: a) a dificuldade de assumir a base laical da Igreja (tendência a pensar que há duas categorias de cristãos – os clérigos e os leigos – o clero é qualitativamente “superior”; por isso, não há na Igreja clericalismo); b) a falta de abertura em rever o modelo de ministros ordenados (milhares de comunidades não têm direito à eucaristia); c) a falta de abertura para a renovação

das estruturas eclesiais (a única estrutura alterável é a da paróquia, através de sua setorização em unidades menores).

Não há, aqui, espaço para comentar todas estas dificuldades; entretanto, pelo menos três considerações se fazem necessárias.

### ***O posicionamento ingênuo diante do sistema liberal-capitalista***

Embora reconhecendo valores no atual processo de mundialização, juntamente com o Papa Bento XVI, a Conferência de Aparecida adotou um posicionamento crítico em relação à globalização econômica, que hoje se dá pela hegemonia do mercado (DA 61), no seio do sistema neoliberal. A globalização abre novas possibilidades para alguns, mas fecha portas para a grande maioria da população (DA 60). Ela é a responsável pelos novos rostos da pobreza (DA 65), os quais, mais que empobrecidos, são esquecidos, descartáveis, dos quais o mercado prescinde (DA 65).

Entretanto, ainda com este profético posicionamento crítico, não houve condições de ir às raízes da exclusão, ligando-a com o sistema liberal-capitalista atual, por mais que muitas Comissões e as Subcomissões Temáticas insistissem. Na verdade, trata-se de uma postura em estreita relação com a posição da Doutrina Social da Igreja, que desde a primeira hora, acertadamente condenou o sistema coletivista marxista, mas nunca condenou o sistema liberal-capitalista. No fundo, pensa-se que o sistema é reformável, possível de ser sanado, quando é urgente deslegitimá-lo, pois professa intrinsecamente, como disse Puebla, um ateísmo prático. No fundo, pensa-se que mercado e democracia são criações do capitalismo, quando, na realidade, não só nasceram antes dele, como foram por ele desvirtuados. A Igreja, infelizmente, ainda não acordou para as conseqüências drásticas do sistema capitalista-liberal, sobretudo no campo cultural, como é o franco processo de exacerbação do individualismo, a mercantilização das relações humanas e a fragmentação do tecido social. O sistema liberal capitalista, a longo prazo, na medida em que impede uma real experiência comunitária, acabará inviabilizando o cristianismo. Em certa medida, isso já está acontecendo na Europa, onde a Igreja já renunciou buscar ser comunidade, resignando-se a manter a fé no coração das pessoas. Entretanto, sem comunidade não há Igreja, e mais, não há fé cristã.

### **A falta de uma autocrítica da trajetória histórica da Igreja no Continente**

Com relação à realidade eclesial, o *Documento de Aparecida* fez uma boa análise da situação atual da Igreja, identificando com clareza e profetismo os desafios para a evangelização no Continente. Ele apresenta um elenco de luzes e sombras, restritas, entretanto, ao momento presente. Não houve meio de fazer entrar no texto final uma autocrítica da trajetória histórica da Igreja no Continente. A este respeito, o *Documento de Participação* se limi-

tava a identificar as luzes. O texto de *Síntese das Contribuições Recebidas*, nem isso, pois simplesmente ignorou o passado. E *Aparecida* também. Foram elaboradas, a respeito, várias emendas ao texto, mas não foram acolhidas pela Comissão de Redação, não se sabe se por critério seu ou de outras instâncias.

Ainda que indiretamente, talvez o Papa tivesse a ver com isso, devido à sua postura no *Discurso Inaugural*. Bento XVI falou que “o anúncio de Jesus e de seu Evangelho não supôs, em nenhum momento, uma alienação das culturas pré-colombianas, nem foi uma imposição de uma cultura estranha”. Diante da forte reação, sobretudo dos indígenas e negros, o Papa, desde Roma, reconheceu que “a lembrança de um passado glorioso não pode ignorar as sombras que acompanharam a obra da evangelização do continente latino-americano, (...) os sofrimentos e as injustiças que os colonizadores infligiram à população indígena, freqüentemente pisoteadas em seus direitos fundamentais (...), condenados, já então, por missionários como Bartolomeu de las Casas e teólogos como Francisco de Vitória”. Quer dizer, houve sombras, mas provieram dos colonizadores e a Igreja as condenou. Daí resultou muito difícil abordar a questão no Documento. É lamentável que se tenha perdido uma oportunidade histórica para sanar a dívida que a Igreja no Continente tem para com os indígenas e os negros. Já houve pedidos de perdão, mas têm sido muito tímidos. O mais explícito ainda tem sido o pedido feito pela CNBB em Porto Seguro, por ocasião da celebração dos quinhentos anos de evangelização no Brasil, ainda que tardio e restrito aos indígenas.

### **Sem debate, acordos da Assembléia, nem sempre consensuais**

Documentos, tais como o de *Aparecida*, por serem fruto de uma assembléia pluralista, convergência de diferentes tendências e sensibilidades, inevitavelmente saem marcados por aparentes contradições. Entretanto, as diferentes proposições nem sempre têm o mesmo peso. Há afirmações hegemônicas, que perpassam todo o Documento e fazem parte do espírito do texto, e há afirmações residuais, mais periféricas, que entraram no texto para que outras proposições pudessem também ser contempladas, mas que não exprimem o espírito do texto.

Em linhas gerais, o documento saiu bastante homogêneo, não apresentando maiores dificuldades ao leitor. Mas, com relação a certas questões, não houve meio de fugir de certos acordos da maioria com uma minoria que tinha controle em certas instâncias de decisão, uma vez que nem tudo foi votado em plenário, desde o início. Por exemplo, para que as CEBs entrassem como “lugar de estruturação inicial da Igreja”, o texto registra também a importância dos movimentos; para que voltasse o método ver-julgar-agir, se teve que aceitar que a parte do ver começasse com uma profissão de fé; para que a mulher fosse destacada como protagonista na Igreja e na sociedade, se teve também que afirmar seu papel no lar, como

mãe de família; para que os religiosos fossem reconhecidos em seu profetismo e inserção nos meios mais pobres – “elemento decisivo para a missão” – se teve que reconhecer a importância das “novas comunidades de vida”, etc. Ocorre que esses contrapontos são residuais e não refletem o espírito do texto, na medida em que o próprio Documento se encarregou de pontualizá-los.

## ***2. A desafiante proposta de Aparecida***

Ainda que o *Documento de Aparecida* seja bastante homogêneo, o fato de ter sido redigido simultaneamente em partes nas diferentes Comissões temáticas fez com que nem sempre cada uma destas partes tenha guardado sua especificidade. Por isso, não é tão simples identificar qual a proposta evangelizadora de fundo. Na seqüência, tentaremos fazer isso, esperando não estar forçando o texto. Poderíamos sintetizá-la em cinco pontos.

### **1º) O ponto de partida: uma realidade que nos interpela, pois contradiz o Reino de Vida**

*Aparecida*, seguindo o método *ver-julgar-agir*, pensou uma proposta de ação, a partir da realidade do povo. Não partiu da “sede de verdade”, “de contemplação”, do “desejo de felicidade” ou da “fome de céu” como afirmavam o *Documento de Participação* e de *Síntese* do Celam. Procurando discernir os “sinais dos tempos”, como fez o Concílio Vaticano II, *Aparecida* não quis perder de vista o “real” da realidade da América Latina e o Caribe, em um mundo marcado por uma cultura que tende a ver tudo de modo virtual.

*As condições de vida dos insignificantes.* Para os Bispos, o “ponto de partida” da ação da Igreja são as condições de vida dos milhões e milhões de abandonados, excluídos e ignorados em sua miséria e sua dor. Esta situação contradiz o projeto do Pai e desafia os cristãos a um maior compromisso em favor da cultura da vida. O Reino de Vida, que Cristo veio trazer, é incompatível com estas situações desumanas. Fechar os olhos diante destas realidades é negar a essência da fé cristã, pois há uma inseparável relação entre o amor a Deus e o amor ao próximo, especialmente os excluídos (DA 358).

*A riqueza que gera pobreza.* Faz parte deste “ponto de partida”, o fato de estarmos imersos em um processo de globalização excludente, que afeta os setores mais pobres, gerando novos rostos da pobreza. Já não se trata do fenômeno da opressão, mas de algo novo, que é a exclusão social. Os excluídos não são somente “explorados”, mas “supérfluos” e “descartáveis” (DA 65). Em função do lucro, subordina-se inclusive a preservação da

ecologia (DA 66): a natureza está sendo agredida; a terra, depredada; a água é tratada pelas empresas como mercadoria ou disputada pelas grandes potências, como é o caso da Amazônia (DA 84), ferida na dignidade de seus povos (DA 85) e ameaçada de internacionalização (DA 86).

## **2º) O ponto de chegada: a vida em plenitude para a pessoa inteira e para nossos povos**

Para nós, cristãos, a cultura de morte que marca a situação de nossos povos na América Latina e o Caribe, não tem a última palavra. Deus tem um plano para a obra da Criação e para a humanidade, em especial aos mais pobres, que é seu Reino de Vida. Por isso, há um “ponto de chegada” para este escandaloso “ponto de partida”: a vida em plenitude para as pessoas e para nossos povos.

*O Evangelho, Boa Nova de vida.* Para *Aparecida*, o “ponto de chegada” da missão não é a Igreja. A missão do discípulo missionário de Jesus Cristo é continuar a obra do Mestre. Como seu Evangelho é Boa Nova de Vida, seguir Jesus significa colocar-se a serviço da “vida em plenitude” para todos. Inclusive da vida da natureza, pois foi criada por Deus e dada a nós, para que cuidemos dela e sirva para todos.

*A vida em plenitude para todos.* A obra da evangelização está ligada a uma promoção humana. Por um lado, ela leva à autêntica libertação, integral, abarcando a pessoa inteira e todas as pessoas, fazendo-as sujeito de seu próprio desenvolvimento (DA 399). Por outro, Deus, em Jesus, não redime só a pessoa individual, mas, como diz o Vaticano II, salva também as relações sociais entre os seres humanos (DA 359). Por isso, a fé cristã deverá engendrar padrões culturais alternativos para a sociedade atual (DA 480). A promoção da vida plena em Cristo nos leva a assumir evangelicamente as tarefas prioritárias que contribuem com a dignificação de todos os seres humanos. Para isso, nos convoca a trabalhar junto com demais pessoas e instituições (DA 384), fazendo dos pobres sujeitos de mudança e de transformação de sua situação (DA 394), evitando todo tipo de paternalismo (DA 397). Trata-se de uma ação a ser realizada no diálogo com as ciências (DA 465), cuidando da ecologia (DA 474), inculturando o Evangelho (DA 479), de modo particular no mundo urbano (DA 501) e na vida pública (DA 509).

## **3º) A exigência: uma Igreja em estado permanente de missão**

A missão dos discípulos é contribuir para que, já a partir deste mundo, o “ponto de partida” (a cultura de morte) se aproxime, ao máximo, do “ponto de chegada” (uma cultura de vida), pela promoção da vida plena da pessoa inteira e de todas as pessoas. Para isso, segundo *Aparecida*, pelo menos quatro exigências se apresentam como desafios a enfrentar.

*Desinstalar-se do comodismo, estancamento e tibieza.* A Igreja, para que seja toda ela missionária, necessita desinstalar-se de seu comodismo, estancamento e tibieza, à margem do sofrimento dos pobres do Continente (DA 362). É preciso despertar, pois o número de católicos, hoje, já não cresce em proporção com o aumento da população. Causa preocupação o número de pessoas que perderam o sentido da vida e abandonaram a religião, assim como de católicos que deixam a Igreja, para aderir a outros grupos religiosos (DA 100f). Além disso, é preciso reconhecer que os católicos, muitas vezes, não vivem conforme o Evangelho, que requer um estilo de vida fiel à verdade e à caridade, austero e solidário. Como também falta coragem, persistência e docilidade para continuar a renovação iniciada pelo Vaticano II e impulsionada pelas demais Conferências Gerais anteriores (DA 100h).

*Que cada comunidade seja um centro irradiador da vida.* Para Aparecida, para que a pessoa inteira e todas as pessoas tenham vida em plenitude, cada comunidade cristã precisa se converter em “um poderoso centro de irradiação da vida em Cristo”. Para isso, dizem os Bispos, esperamos um novo Pentecostes, que nos livre do cansaço, da desilusão, da acomodação onde estamos (DA 362). A Igreja está convocada a ser “advogada da justiça e defensora dos pobres”, diante das intoleráveis desigualdades sociais e econômicas, que clamam aos céus (DA 395). Ela precisa continuar sendo, com maior afincamento, companheira de caminho de nossos irmãos mais pobres, inclusive até o martírio. Por isso, dizem os Bispos, queremos ratificar e potencializar a opção pelos pobres feita nas Conferências anteriores. Para que seja preferencial, implica que atravesse todas as nossas estruturas e prioridades pastorais (DA 396).

*Que a missionariedade impregne a Igreja inteira.* Para Aparecida, esta firme decisão missionária de promoção da cultura da vida deve impregnar todas as estruturas eclesiais e todos os planos de pastoral, em todos os níveis eclesiais, bem como toda a instituição, abandonando as ultrapassadas estruturas (DA 365). A exigência da missionariedade do discípulo decorre do seguimento de Jesus (DA 131). A resposta a seu chamado exige entrar na dinâmica do Bom Samaritano, com o imperativo de fazermos-nos próximos, especialmente dos que sofrem e contribuir para uma sociedade sem excluídos, seguindo a prática de Jesus, que acolhe os pequeninos, cura os leprosos, perdoa e liberta a mulher pecadora e fala com a Samaritana (DA 135). Identificar-se com Jesus é partilhar seu destino, inclusive até à cruz, como testemunharam tantos missionários e mártires, de ontem e de hoje, em nosso Continente (DA 140).

*Passar da pastoral de conservação a uma pastoral missionária.* Uma Igreja em estado permanente de missão exige a conversão pastoral de nossas comunidades, que vá além de uma pastoral de mera conservação, para uma pastoral decididamente missionária (DA 370). Em nossa tradicional pastoral de conservação, há um escasso acompanhamento dos leigos em

suas tarefas de serviço à sociedade, bem como uma evangelização com pouco ardor e sem novos métodos e expressões, com ênfase no ritualismo, sem itinerário formativo. Muitos católicos vivem e morrem sem assistência da Igreja. Falta uma sólida estrutura de formação dos agentes de pastoral. Há movimentos eclesiais que nem sempre se integram na pastoral paroquial e diocesana (DA 100e).

#### **4º) As implicações: uma conversão pastoral e renovação eclesial**

Diante de uma realidade que contradiz o Reino de Vida de Jesus Cristo, a exigência de constituir-se em uma Igreja em permanente estado de missão, promotora da vida em plenitude para a pessoa inteira e todas as pessoas, tem duas implicações: a conversão pastoral e a renovação eclesial.

*Uma conversão pastoral.* Afirma *Aparecida* que todos, na Igreja, estão chamados a assumir uma atitude de permanente conversão pastoral (DA 365), pois a ação eclesial não pode prescindir do contexto histórico onde vivem seus membros (DA 367). O mundo mudou. Novos desafios exigem novas respostas pastorais: a) *Assumir os novos rostos da pobreza* – A conversão pastoral começa pelo compromisso com os novos rostos da pobreza (DA 402). Entre tantos outros, há alguns rostos sofredores, de “pobres descartáveis” que doem em nós: os que vivem na rua, os migrantes, os doentes, os dependentes de drogas e os presidiários; b) *Uma Pastoral Social estruturada, orgânica e integral* – A promoção humana deve ser integral, isto é, precisa abarcar a pessoa inteira e todas as pessoas, fazendo-as sujeito de seu próprio desenvolvimento (DA 399). Isso implica promover renovados esforços para fortalecer uma Pastoral Social estruturada, orgânica e integral, que com a assistência e a promoção humana, se faça presente nas novas realidades de exclusão e marginalização, onde a vida está mais ameaçada (DA 401); c) *Uma renovada pastoral urbana* – Para uma conversão pastoral, faz-se necessário, também, um estilo de ação adequado à realidade urbana em sua linguagem, estruturas, práticas e horários; uma ação eclesial, orgânica e articulada, que incida sobre a cidade, em seu conjunto; estratégias para chegar aos condomínios fechados, prédios residenciais e favelas; uma maior presença nos centros de decisão da cidade, tanto nas estruturas administrativas como nas organizações comunitárias (DA 518).

*Renovação eclesial.* Para *Aparecida*, uma segunda implicação para uma Igreja em permanente estado de missão, é a renovação da própria instituição. Diante das transformações sociais e culturais, está a necessidade de uma renovação eclesial, que envolve reformas espirituais, pastorais e também institucionais (DA 367): a) *Renovar a paróquia* – Ela é célula viva da Igreja, mas faz-se necessário uma vigorosa renovação da mesma, a fim de que seja, de fato: espaço de iniciação cristã, educação e celebração da fé, aberta à diversidade dos carismas, serviços e ministérios; organizada de maneira comunitária e responsável; integradora de movimentos; aberta à diversidade cultural e a projetos pastorais supra-paroquiais e das realida-

des circundantes (DA 170). A renovação das paróquias exige reformular suas estruturas, para que sejam redes de comunidades e grupos (DA 173); b) *Criar comunidades eclesiais de base* – Levando-se em consideração as dimensões de nossas paróquias, é aconselhável a setorização das mesmas em unidades territoriais menores, com equipes próprias de animação e coordenação, que permitam uma maior proximidade às pessoas e grupos que vivem na região. E mais, que os agentes missionários promovam a criação de comunidades de famílias, que coloquem em comum sua fé e as respostas aos seus próprios problemas (DA 372). São as comunidades eclesiais de base que, na América Latina, têm sido verdadeiras escolas que formam cristãos comprometidos com sua fé, discípulos e missionários, testemunhas de uma entrega generosa, até mesmo com o derramar do sangue de muitos membros seus (DA 179); c) *O protagonismo das mulheres* – Para *Aparecida*, a renovação eclesial implica, também, impulsionar uma organização pastoral que promova o protagonismo das mulheres e garanta a efetiva presença da mulher nos ministérios, assim como nas esferas de planejamento e decisão (DA 458). É necessário na América Latina, como disse o Papa, superar uma mentalidade machista, que ignora a novidade do cristianismo, que reconhece e proclama a “igual dignidade e responsabilidade da mulher em relação ao homem” (DA 453). Urge, pois, que todas as mulheres possam participar plenamente da vida eclesial, familiar, cultural, social e econômica, criando espaços e estruturas que favoreçam sua inclusão (DA 454); d) *Uma ação pastoral pensada*. A renovação eclesial passa também pelo esforço de uma ação pastoral pensada, a partir das pequenas comunidades, passando pelas paróquias e desembocando em uma pastoral de conjunto diocesana. O plano pastoral diocesano deve ser uma resposta consciente e eficaz, para atender às exigências do mundo de hoje, com indicações programáticas concretas, objetivos e métodos de trabalho. Os leigos precisam participar do discernimento, da tomada de decisões, do planejamento e da execução (DA 371).

##### **5º) O itinerário: uma caminhada, em quatro etapas, à luz da opção pelos pobres**

Para responder à exigência de uma Igreja em estado permanente de missão e as decorrentes implicações, *Aparecida* propõe percorrer um caminho, em quatro etapas (DA 226), à luz da opção preferencial pelos pobres (DA 94; 100; 128; 146; 179; 353; 391; 392; 395; 396; 397; 398; 399; 409; 446; 491; 501).

##### **Primeira Etapa: Experiência pessoal de fé**

Uma Igreja em estado permanente de missão a serviço da vida plena de nossos povos, depende de discípulos missionários que tenham feito uma experiência pessoal de fé, profunda e intensa, de encontro pessoal com Jesus Cristo. *Aparecida* propõe que a ação evangelizadora chegue às pessoas, para além de comunidades massivas, constituídas de cristãos não evangelizados, sem conversão pessoal, de fraca identidade cristã e pouca

pertença eclesial (DA 226a). *Lugares de encontro com Jesus Cristo*: mediações como a Sagrada Escritura, a Liturgia, o Sacramento da Reconciliação, a Comunidade, os Pobres, a Religiosidade Popular, Nossa Senhora e os Santos (DA 246).

### **Segunda Etapa: Vivência comunitária**

Uma vez tendo-se propiciado a oportunidade de o discípulo missionário fazer a experiência do encontro pessoal com Jesus Cristo, é preciso que ele encontre uma comunidade em que possa viver comunitariamente sua fé. Nossos fiéis procuram comunidades cristãs, onde sejam acolhidos fraternalmente e se sintam valorizados, visíveis e eclesialmente incluídos. Por isso, *Aparecida* insiste sobre a necessidade de nossos fiéis sentirem-se realmente membros de uma comunidade eclesial e co-responsáveis em seu desenvolvimento. Isso permitirá maior compromisso e entrega 'na' e 'pela' Igreja (DA 226b). *Lugares eclesiais para a comunhão*: as comunidades eclesiais de base, "núcleo inicial da estrutura eclesial" (DA 178), unidas à paróquia, no seio de uma Igreja local.

### **Terceira Etapa: Formação bíblico-teológica**

O seguimento de Jesus, para constituir-se em discipulado missionário, precisa caminhar para uma terceira etapa – a formação bíblico-teológica. Nossos fiéis precisam aprofundar o conhecimento da Palavra de Deus e os conteúdos da fé, condição para o amadurecimento da fé. Esta formação não consiste em um conhecimento teórico e frio; ao contrário, precisa ser vivencial, recebido no seio da comunidade (DA 226c). *Lugares de formação para os discípulos missionários*: a família, a paróquia, as CEBs, os movimentos eclesiais e novas comunidades, os Seminários e Casas de Formação de religiosos, bem como a Escola e a Universidade Católicas.

### **Quarta Etapa: Compromisso missionário de toda a comunidade**

A experiência pessoal de fé, a vivência comunitária e a formação bíblico-teológica confluem para uma quarta etapa: o compromisso missionário de toda a comunidade (DA 226d). Cada comunidade cristã precisa converter-se em um poderoso centro de irradiação da vida em Cristo (DA 362). *Lugares da missão*: o mundo da cultura (DA 479-480), a comunicação social (DA 485-490), os centros de decisão (DA 491-500) e a vida pública (DA 501-508).

## **3. As novidades do Documento de Aparecida**

A grata surpresa do *Documento de Aparecida* é que a Igreja na América Latina e o Caribe, além de resgatar as conquistas de sua tradição recente, arriscou lançar-se "em águas mais profundas", trazendo novidades. A

proposta evangelizadora, como vimos, é arrojada e inovadora. Quando falamos em novidades, não estamos nos referindo a inovações absolutas, mas a desdobramentos da renovação do Concílio e da tradição latino-americana, os quais, em última instância, estão dentro do processo de “volta às fontes” bíblicas e patrísticas. Pelo menos oito novidades merecem menção e um breve comentário.

### **1ª) O ser humano como caminho da Igreja**

Para Aparecida, o ponto de chegada da missão não é a Igreja, nem mesmo Jesus Cristo, tomando distância, com isso, tanto do eclesiocentrismo como do cristomonismo reinante nos meios saudosistas da cristandade. Jesus não é o caminho da Igreja, mas da salvação. O ponto de chegada é a vida plena, em Jesus Cristo, para a pessoa inteira e para nossos povos. Na perspectiva de Irineu de Lion, o papa João Paulo II afirmou que o caminho da Igreja é o ser humano (RH 72). A glória de Deus é o ser humano pleno de vida. A Igreja existe para ser mediação da salvação de Jesus Cristo para todo o gênero humano. Como disse o Vaticano II, a Igreja existe para o mundo, para ser mediação de salvação na história. A Igreja existe para cuidar, defender e promover a vida. É a salvação enquanto libertação integral.

Nesta perspectiva, evangelizar é muito mais do que uma mera proclamação do *kerigma*. É antes, com *Populorum Progressio* e *Medellín*, um processo de passagem de situações menos humanas para mais humanas, através do testemunho (*martyria*), do anúncio (*kerigma*), da catequese (*didaskalia*), da formação teológica (*krisis*), da celebração na liturgia daquilo que se espera (*leitourgia*), do serviço, em especial aos mais pobres (*diakonía*), em espírito de comunhão com os irmãos na fé (*koinonía*). A conversão, da qual o evangelizador é apenas mediação de Deus e sua graça, é muito mais do que uma mudança pessoal e do coração. A conversão do discípulo é em vista de uma missão no mundo, dado que a Igreja existe para o mundo, enquanto continuação da obra de Jesus, que consistiu em fazer presente e, cada vez mais visível, o Reino de Deus, na história. Daí o compromisso missionário, também com a mudança das estruturas, porquanto o pecado social não é a soma de pecados individuais, mas pecados pessoais que passaram às instituições.

### **2ª) Uma Igreja em estado permanente de missão**

Outra novidade de *Aparecida* é que a “missão” não é tarefa apenas de alguns, do clero, de alguma congregação religiosa, nem tampouco algo esporádico, uma campanha ou uma atividade ocasional. A Igreja inteira é missionária, tanto em cada um de seus integrantes como em suas ações e estruturas. Nesta perspectiva, o Documento não fala em discípulos “e” missionários, mas em “discípulos missionários”, pois o discipulado é se-

guimento de Jesus, enquanto continuação de sua obra. A missão “não é uma tarefa opcional, mas integrante da identidade cristã” (DA 144); “A comunhão é missionária e a missão é para a comunhão” (DA 163), afirma o texto. Portanto, missão não é campanha, mas um estado do ser cristão. Com isso, a proposta de uma “missão continental” perde força, e só será legítima, na medida em que ela acontecer e for assumida e realizada em cada Igreja local, concretizada em pequenas comunidades. Não há Igreja fora das Igrejas locais (DA 166) e, portanto, uma missão por cima delas seria anti-ecclesial. Por sua vez, o discipulado missionário não é uma tarefa aventureira e voluntarista de pessoas dispersas, mas no seio de uma comunidade concreta, a Igreja – “vocação ao discipulado missionário é ‘convocação’ à comunhão em sua Igreja” (DA 171), diz o *Documento de Aparecida*.

### **3ª) Uma missão não exclusiva**

A meta da missão é a vida em abundância para a pessoa inteira e todas as pessoas, para nossos povos, dado que Deus quis nos salvar em comunidade e na história. A promoção da “vida em abundância” não é uma missão exclusiva da Igreja, mas deve ser levada a cabo em colaboração “com outros organismos ou instituições” (DA 384), diz Aparecida. Conseqüentemente, por um lado, a Igreja não tem o monopólio da caridade, da justiça e da paz e, por outro, estas só serão possíveis na concretude da história, na medida em que forem resultado de uma ação concertada por todas as “pessoas de boa vontade”, em nível global. A religião, enquanto mediação de salvação, descentra a Igreja de si mesma e lança-a numa missão não exclusiva. O cristianismo é portador da resposta mais completa, mas não a única. O espaço estritamente religioso ou intra-ecclesial não esgota a missão da Igreja, sinal e instrumento do Reino de Deus no coração da história. Deus quer salvar a todos e, a Igreja, como mediação privilegiada, precisa ser a Igreja de todos, mesmo daqueles que não são Igreja.

Assim sendo, a primeira ação evangelizadora consiste em acolher a obra que o Pai realizou, no Espírito. Antes do missionário sempre chega o Espírito Santo. Ainda que implicitamente, tudo o que é vida, bondade, justiça, amor, paz, é obra do Espírito e presença do Reino de Deus. Evangelizar é encarnar na história mistérios de um Reino já presente, desde a Criação. O mundo não é mau, pois é obra de Deus e caminho para ele. Louvar a Deus pela Criação, como em Francisco de Assis, é unir-se ao Criador “através” de suas criaturas. O mundo, portanto, mesmo em sua autonomia, não está perdido, pois não está separado de Deus.

### **4ª) Uma missão em perspectiva mundial**

A promoção da “vida em abundância”, além de não ser uma missão exclusiva da Igreja, deve ser levada a cabo em nível nacional e internacional (DA 384). Em um mundo globalizado, globalizaram-se também os proble-

mas e suas causas. Conseqüentemente, outrossim as soluções. Conscientes disso, nas últimas décadas, vimos emergir uma consciência planetária. Neste particular, uma das novidades de *Aparecida* é ter feito ver que também a consciência cristã é planetária em sua identidade e precisa ser também na prática. Na América Latina, há décadas, desenvolveu-se o conceito de pecado social, que não é simplesmente a soma de pecados individuais, mas pecados pessoais que passaram para as estruturas.

Daí a exigência, acolhida por *Evangelii Nuntiandi*, da simultaneidade de uma conversão pessoal e uma conversão das estruturas, expressão da consciência de um pecado estrutural, fruto de uma injustiça estrutural. O conceito não aparece explícito em *Aparecida*, mas está implícito. O próprio Discurso Inaugural de Bento XVI é enfático na necessidade da criação de estruturas justas, como condição para uma sociedade justa (DA 537). Pergunta-se *Aparecida*, com o Papa, como se explica que a América Latina seja o Continente mais católico do mundo e, ao mesmo tempo, o mais injusto, senão pela omissão ou conivência de cristãos com estruturas injustas (DA 501). E recomenda que os cristãos engendrem “padrões culturais alternativos para a sociedade atual” (DA 480), formem “pessoas e pensadores, que estejam em níveis de decisão” (DA 492), relativos às “grandes questões da justiça internacional” (DA 406).

#### **5ª) Uma missão, na perspectiva dos pobres, enquanto mundo da insignificância**

Outra novidade de *Aparecida* é com relação à compreensão da realidade da pobreza. Entre os rostos que sofrem, o *Documento de Aparecida* nomeia: as comunidades indígenas e afro-americanas, mulheres excluídas, jovens, desempregados, migrantes, crianças prostituídas, milhões de pessoas e famílias que passam fome, dependentes de drogas, vítimas da violência, idosos e presidiários. Para o Documento, mais que empobrecidos, “os excluídos não são somente ‘explorados’, mas ‘sobrantes’ e ‘descartáveis’” (DA 65). É o pobre como insignificante, dos quais o mercado prescinde. Como não consomem, sobram, atrapalham. A inclusão dos “descartáveis” implica, pois, uma mudança estrutural da sociedade, na medida em que, em suas estruturas atuais, eles não cabem.

Irradiar a vida de Jesus Cristo e seu Reino é trabalhar por um mundo onde caibam todos, como filhos de um mesmo Pai que somos. Ora, nos pobres, a dignidade humana está profanada. A opção pelos pobres é um dos traços que marca a fisionomia da Igreja no Continente (DA 391). Ela está implícita na fé cristológica, naquele Deus que se fez pobre por nós, para nos enriquecer com sua pobreza (DA 392). Por isso, estamos chamados a contemplar, nos rostos sofredores de nossos irmãos, o rosto de Cristo que nos chama a servi-lo neles – “os rostos sofredores dos pobres são rostos so-

fredores de Cristo". Eles interpelam a essência do ser da Igreja, da pastoral e de nossas atitudes cristãs (DA 393).

A Igreja na América Latina precisa continuar sendo, com maior afinco, companheira de caminho de nossos irmãos mais pobres, inclusive até o martírio (DA 396). Em tempos marcados pelo individualismo, a opção pelos pobres corre o risco de ficar em um plano teórico ou emotivo. Assim sendo, é preciso evitar toda atitude paternalista, dedicando a eles tempo, atenção, escuta, acompanhamento em seus momentos difíceis e procurando, a partir deles, a transformação de sua situação (DA 397). Eles são sujeitos da evangelização e da promoção humana integral (DA 398).

#### **6ª) Em busca da vida, muitos deixam a Igreja**

Em Aparecida, a Igreja rompe com toda postura apologética ou proselitista frente aos movimentos religiosos autônomos. Afirma que os que vão para as seitas, não estão querendo sair da Igreja, mas estão buscando sinceramente a Deus (DA 225). Para o Documento, os motivos não são doutrinários, mas vivenciais; não são dogmáticos, mas pastorais; não são teológicos, mas metodológicos de nossa Igreja (DA 225). Conseqüentemente, a solução não consiste em disputa do mercado, pois "a Igreja não cresce por proselitismo, mas pela atração da força do amor" (DA 159). E constata, "onde se estabelece o diálogo, diminui o proselitismo" (DA 233). Por isso, é preciso reforçar a Igreja católica em quatro eixos: uma experiência religiosa pessoal, a vivência comunitária, a formação bíblico-doutrinal e o compromisso missionário de toda a comunidade (DA 226).

Em outras palavras, com relação ao êxodo de católicos, sobretudo para o pentecostalismo evangélico, *Aparecida*, em lugar de assumir uma postura apologética, faz um grande gesto de humildade, reconhecendo sua parcela de responsabilidade. Reconhece, ainda que indiretamente, que a Igreja, como afirmou o Vaticano II, é santa, mas também é pecadora, como instituição, e não apenas determinados "filhos da Igreja".

Historicamente, a Igreja reconheceu sua responsabilidade frente ao ateísmo, mas faltou um grande pedido de perdão, por ocasião do Jubileu do Ano 2000, pelos pecados da "Igreja" e não simplesmente pelos pecados de "filhos da Igreja". Em Santo Domingo, por ocasião dos 500 Anos de Evangelização do Continente, nossa Igreja não pôde pedir perdão aos indígenas e negros, pela participação da instituição eclesial no processo de colonização e escravidão. Em Aparecida, também não se fez, perdendo uma oportunidade histórica de reconciliação com seu passado. Mas, pelo menos a Igreja católica o fez em relação às seitas. Sem entrar no teor dos limites das respostas dadas por estes agrupamentos religiosos, há o reconhecimento de que a Igreja católica precisa privilegiar a centralidade da vida, que muitos vão buscar fora dela, assim como a capacidade de aco-

lhida, de valorização pessoal e da subjetividade ou o lugar da emoção e do afeto na fé cristã. O pentecostalismo nos recorda que Deus quer a salvação a partir do corpo e que, portanto, a fé cristã precisa ser resposta não espiritualizante e intimista, mas concreta e integral, abarcando a pessoa inteira e todas as pessoas.

#### **7ª) A eficácia da evangelização, hoje, passa pelo protagonismo da mulher**

O Documento de *Santo Domingo* havia proclamado o “protagonismo dos leigos” na evangelização. *Aparecida* proclama o protagonismo da mulher. Entretanto, constata o Documento que “tradicionalmente uma porcentagem significativa de homens na América Latina se mantiveram à margem da Igreja” e que, isso, “questiona fortemente o estilo de nossa pastoral convencional” (DA 461). Conseqüentemente, cabe “favorecer a participação ativa dos homens na vida da Igreja” (DA 463), mas, entre as ações pastorais urge “impulsionar uma organização pastoral que promova o protagonismo das mulheres”, garantindo “a efetiva presença da mulher nos ministérios que a Igreja confia aos leigos, bem como nas esferas de planejamento e decisão” (DA 458b).

Lembra *Aparecida* que inumeráveis mulheres, de toda condição social, não são valorizadas em sua dignidade e heróica generosidade no cuidado e educação dos filhos, nem na construção de uma vida social mais humana e na edificação da Igreja. É necessário, na América Latina, superar uma mentalidade machista, que ignora a novidade do cristianismo, que reconhece e proclama a “igual dignidade e responsabilidade da mulher em relação ao homem” (DA 453). Urge que todas as mulheres possam participar plenamente da vida eclesial, familiar, cultural, social e econômica, criando espaços e estruturas que favoreçam sua inclusão (DA 454). Além das ações pastorais mencionadas, cabe também acompanhar as associações femininas que lutam para superar situações difíceis, bem como apoiar programas, leis e políticas públicas que permitam harmonizar a vida laboral da mulher com seus deveres de mãe de família (DA 458).

#### **8ª) Os mártires das causas sociais como nossos santos ainda não canonizados**

Constata o Documento que a Igreja, apesar de suas deficiências e ambigüidades, tem exercido um serviço, particularmente aos mais pobres, no esforço de promover sua dignidade. Por isso, em muitas ocasiões, tem sido reconhecida socialmente como uma instância de confiança e credibilidade. Seu empenho em favor dos pobres, em muitos casos, redundou em perseguição e morte de muitos, que consideramos testemunhas da fé. São nossos santos e santas, ainda não canonizados (DA 98).

Ora, os santos são, ao mesmo tempo, de seu tempo e não de seu tempo. De seu tempo porque é nas circunstâncias da vida que se vão plasmando formas de testemunho cristão. E, ao mesmo tempo, não de seu tempo, porque põem em evidência uma faceta da fé cristã, até então não explicitada, mas que é para sempre, pois se radica na essência da mensagem evangélica.

Assim, os mártires latino-americanos, além de terem dado a vida como muitos cristãos têm feito no peregrinar da Igreja, põem em evidência um novo modelo de santidade. Trata-se de cristãos que testemunharam sua fé, para além do espaço intra-elesial ou intra-religioso, no seio da sociedade civil. São pessoas que testemunharam a fé cristã na esfera da autonomia do político, para além de todo confessionalismo. Profetas, elas deram a vida para que outros tivessem mais vida, especialmente os mais pobres, e indiretamente até uma floresta ou um rio, apontando para as causas de um pecado social ou de uma injustiça estrutural. Morreram não defendendo diretamente a Igreja, mas a radicalidade e a integralidade da fé cristã, que implica cuidado, defesa e promoção da vida de todo o gênero humano e da obra da Criação. Nenhum deles foi ainda declarado santo pela Igreja, entretanto, *Aparecida* traz uma novidade, convida a alimentar-se de seu testemunho e os denomina como nossos santos ainda não canonizados. Já os canonizou.

### ***Concluindo***

*Aparecida* surpreendeu, positiva e negativamente. Positivamente, por sua desafiante proposta: comunidades missionárias, enquanto centros irradiadores da Vida, em Jesus Cristo. Negativamente, pela censura ao magistério latino-americano, alheia à vontade do Papa, e pelo acirramento da involução eclesial, em torno a determinados impasses ocorridos no seio da Assembléia, mas sobretudo pela volta do Missal de Pio V e da reafirmação da *Dominus Iesus*, no clima de expectativa pela publicação das Conclusões de *Aparecida*.

Entretanto, as desagradáveis surpresas não comprometem, em nada, a desafiante proposta de *Aparecida*. Causam indignação, tiram profetismo do texto, advertem para riscos que paralisam a audácia de criar o novo, expressão de uma mentalidade apocalíptica, pautada pelo medo, que tende sempre a exagerar o perigo, mas mudam o espírito das conclusões. Apesar de tudo, *Aparecida* continua nos presenteando com uma proposta inovadora, na medida em que faz desdobramentos das intuições e eixos fundamentais do Vaticano II e da tradição latino-americana.

Os tempos atuais exigem maiores avanços, é verdade, mas infelizmente estamos despreparados para eles. Guardando objetividade, resta saber se

a Igreja na América Latina e o Caribe será capaz e terá a determinação necessária para levar adiante a proposta atual. Não há dúvidas de que estamos diante de um novo Pentecostes. Que o Espírito, portanto, nos dê a audácia e a generosidade necessárias para esta gigantesca tarefa, virtudes que podemos encontrar no testemunho dos mártires das causas sociais, nossos santos ainda não canonizados.

**Agenor Brighenti**, Doutor em Ciências Teológicas e Religiosas pela Universidade de Lovaina, é professor de teologia no Instituto Teológico de Santa Catarina e na Universidade Pontifícia do México. É também Presidente do Instituto Nacional de Pastoral da CNBB. Foi perito do CELAM na Conferência de Santo Domingo e, da CNBB, em Aparecida.

**Endereço:** Caixa Postal 5041  
88040-970 *Florianópolis* – SC  
e-mail: [agenor.brighenti@itesc.org.br](mailto:agenor.brighenti@itesc.org.br)